



36
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração nº 0118279-2/02 (N.P.U. 0018046-77.2009.8.17.0000)

Embargante: Instituto de Recurso Humanos de Pernambuco – IRH-PE

Embargado: Marilda Ribeiro de Brito

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. CPC, ART. 21. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 306-STJ. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. REJULGAMENTO. DECISÃO STJ RECONHECENDO AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO.

1. Trata-se do rejulgamento dos Embargos Declaratórios em epígrafe, ante a determinação do Superior Tribunal de Justiça que deu provimento ao Recurso Especial interposto pelo Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco, reconhecendo a violação ao art. 535 do CPC, determinando que esta Corte se manifeste sobre a matéria articulada e não tratada no julgamento primevo dos referidos aclaratórios.

2. No presente caso, o processo de execução de honorários advocatícios movido pelo IRH/PE contra Marilda Ribeiro de Brito foi extinto por considerar que houve confusão entre as partes em decorrência da existência de condenação do próprio IRH/PE, nos autos da Impugnação ao Valor da Causa nº 001.1993.004846-7-A ao pagamento à recorrida de honorários advocatícios no mesmo percentual e em idêntico valor ao executado nos autos da Apelação Cível nº 118279-2.

3. Deve ser expressamente reconhecida a possibilidade de compensação dos honorários advocatícios.

4. Mesmo a parte autora litigando sob o pálio da assistência judiciária gratuita, possível a compensação dos honorários advocatícios, pois, nos termos da Lei nº 1.060/50, a condenação do beneficiário da justiça gratuita apenas suspende (por

ERIK



27
pf

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

até 5 (cinco) anos, a contar da sentença final) o pagamento das custas e honorários.

5. O STJ, quando do julgamento do REsp 963.528, submetido à disciplina de Recursos Repetitivos (Lei nº 11.672/2008), assentou que havendo sucumbência recíproca, devem ser compensados os honorários advocatícios.

6. Por tais razões, os Embargos Declaratórios são conhecidos e providos para admitir a compensação dos honorários advocatícios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0118279-2/02, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de junho de 2014


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



36 of

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração nº 0118279-2/02 (N.P.U. 0018046-77.2009.8.17.0000)

Embargante: Instituto de Recurso Humanos de Pernambuco – IRH-PE

Embargado: Marilda Ribeiro de Brito

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de Acórdão proferido nos autos do Recurso de Agravo nº 0118279-2/01 pela 7ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça.

A embargante argumenta, em síntese, que a decisão embargada foi omissa, e contraditória, na medida em que deixou de analisar os artigos 1.049 e 1009 do Código Civil, 21 do Código de Processo Civil, 23 da Lei Federal nº 8.906/94 e 1º do Decreto nº 20.910/32.

Sustenta também que *in casu* não restou caracterizada a ocorrência de sucumbência recíproca, haja vista que cada parte foi inteiramente condenada a pagar honorários de sucumbência em processos distintos e não em um mesmo processo.

Aduz, ainda, que a compensação de honorários advocatícios também não é possível, porque segundo o disposto no art. 23 da Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da OAB) os honorários advocatícios pertencem aos advogados e não às partes por eles representadas.

Ao final, requer o acolhimento dos presentes Aclaratórios, com os efeitos daí decorrentes, com especial finalidade de cumprir as exigências do prequestionamento, contidas nas Súmulas 282 e 356 do STF.

Foi proferido julgamento pela 7ª Câmara Cível, que rejeitaram os Embargos Declaratórios à unanimidade de votos.

O Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco – IRH/PE interpôs Recurso Especial alegando que o acórdão do julgamento dos Embargos Declaratórios contrariou o disposto nos artigos 1.009 e 1049 do CC/2002, 21, *caput*, do CPC e 23 da Lei nº 8.906/94 (EOAB), bem como o enunciado da Súmula 150 do STF e ao art. 535, I e



39

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

II do CPC, o qual teve seu seguimento negado pelo Vice-Presidente deste e. Tribunal de Justiça, apresentando o Agravo de Instrumento nos termos do art. 543-C do CPC, que foi provido.

No julgamento do referido Agravo de Instrumento, o relator concluiu que este e. Tribunal de Justiça não se manifestou de forma satisfatória sobre a questão da sucumbência recíproca (ação improcedente e incidente de impugnação ao valor da causa improcedente) e a possibilidade de compensação dos honorários advocatícios neste caso, tendo em vista o que dispõe os artigos 21, *caput*, do CPC e 23 da Lei n. 8.906/94.

Vieram-me os autos conclusos para cumprimento da referida decisão em 19 de dezembro de 2013.

É o Relatório.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



40
W

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração nº 0118279-2/02 (N.P.U. 0018046-77.2009.8.17.0000)

Embargante: Instituto de Recurso Humanos de Pernambuco – IRH-PE

Embargado: Marilda Ribeiro de Brito

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Trata-se do rejugamento dos Embargos Declaratórios em epígrafe, ante a determinação do Superior Tribunal de Justiça que deu provimento ao Recurso Especial interposto pelo Estado de Pernambuco, reconhecendo a omissão quanto a não manifestação expressa a respeito do que dispõem os artigos 21, *caput*, do CPC e 23 da Lei n. 8.906/94. Assim, evidenciada a violação ao artigo art. 535 do CPC, determinando que esta Corte se manifeste sobre a matéria articulada e não tratada no julgamento primevo dos referidos aclaratórios.

O acórdão vergastado pelos presentes embargos foi proferido nos seguintes termos:

EMENTA – PROCESUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES NOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1 – Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento a Recurso de Apelação. 2 – A mera repetição dos enredos outrora analisados, sem fato novo relevante associado a simples rediscussão da matéria, foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já analisadas em peça anteriores, manifestando-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores. 3- A Impugnação ao Valor da Causa é realizada em autos apartados, mas não gera formação de um processo novo, com numeração distinta do original. 4- A jurisprudência pátria encontra-se sedimentada quanto a possibilidade da compensação de honorários quando

3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

WZ

ocorre a sucumbência recíproca. 5 – Recurso de Agravo conhecido e improvido à unanimidade”.

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, este e. Tribunal não se manifestou de forma satisfatória sobre os alegados vícios, notadamente no que diz respeito a existência de sucumbência recíproca (ação improcedente e incidente de impugnação ao valor da causa improcedente) e a possibilidade de compensação dos honorários advocatícios neste caso, tendo em vista o que dispõe os artigos 21, *caput*, do CPC e 23 da Lei n. 8.906/94.

Com efeito, quanto à suposta omissão ocorrida, diante da sucumbência recíproca, a pesar de constar no acórdão embargado a possibilidade de compensação da verba honorária, os argumentos foram pouco esmiuçados.

De acordo com o *caput* do art. 21 do CPC *“Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas”*.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 306, que assim dispõe: *“Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte”*.

Assim, deve ser expressamente reconhecida a possibilidade de compensação dos honorários advocatícios.

No presente caso, o processo de execução de honorários advocatícios movido pelo IRH/PE contra Marilda Ribeiro de Brito foi extinto por considerar que houve confusão entre as partes em decorrência da existência de condenação do próprio IRH/PE, nos autos da Impugnação ao Valor da Causa nº 001.1993.004846-7-A ao pagamento à recorrida de honorários advocatícios no mesmo percentual e em idêntico valor ao executado nos autos da Apelação Cível nº 118279-2.

Gize-se, por oportuno, que mesmo a parte autora litigando sob o pálio da assistência judiciária gratuita, possível a compensação dos honorários advocatícios, pois, nos termos da Lei nº 1.060/50, a condenação do beneficiário da justiça gratuita apenas suspende (por até 5 (cinco) anos, a contar da sentença final) o pagamento das custas e honorários.

GDR



42

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Cumpre ressaltar que a referida Lei permite que se cobre a sucumbência do beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, sob pena de prescrição, desde que dentro desses 5 (cinco) anos se demonstre que o pagamento não implicará em prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família.

No mesmo sentido tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 458 E 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULAS 5 E 7/STJ - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - COMPENSAÇÃO - POSSIBILIDADE. I - Inexiste omissão ou ausência de fundamentação, não constando do Acórdão embargado os defeitos previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada tão-só mantém tese diferente da pretendida pela parte recorrente. II - Quanto à aplicabilidade do instituto jurídico da repetição de indébito, a convicção a que chegou o Acórdão decorreu da análise do conjunto fático-probatório, bem como das cláusulas contratuais, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz das Súmulas 5 e 7 desta Corte. III - Havendo sucumbência recíproca os honorários advocatícios devem ser compensados, ainda que uma das partes seja beneficiária da assistência judiciária gratuita. Agravo Regimental improvido”. (AgRg no Ag 899855 / MG, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, 2007/0087897-6, Relator(a) Ministro SIDNEI BENETI (1137), 3ª TURMA, Data do Julgamento 06/08/2009, Data da Publicação/Fonte, DJe 14/08/2009).

“CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. RESPONSABILIDADE RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO. MATÉRIA DE PROVA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7-STJ. VALOR. EXCESSO. REDUÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. CPC, ART. 21. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 306-STJ. I.

(Assinatura)



43

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Entendido pelo Tribunal a quo que o recorrente teve responsabilidade na configuração do dano indenizável, tal circunstância fática não tem como ser reavaliada em sede de recurso especial, ao teor da Súmula n. 7 do STJ. II. Reconhecida a responsabilidade do recorrente cabível a indenização, quantificada, no caso, em valor não abusivo. III. "Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte." (Súmula n. 306-STJ). IV. O benefício da gratuidade judiciária não afasta a imposição da sucumbência, e por conseguinte da compensação desta. V. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, parcialmente provido". (REsp 901606 / RS, RECURSO ESPECIAL, 2006/0247522-8, Relator(a) Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ª TURMA, Data do Julgamento 05/05/2009, Data da Publicação/Fonte DJe 08/06/2009).

Ademais, o STJ, quando do julgamento do REsp 963.528, submetido à disciplina de Recursos Repetitivos (Lei nº 11.672/2008), assentou que havendo sucumbência recíproca, devem ser compensados os honorários advocatícios.

Diante do exposto, acolho os embargos declaratórios, para admitir a compensação dos honorários advocatícios.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator